

Estudo de dois mapas do geógrafo Robert de Vaugondy relativos ao Reino de Portugal do Século XVIII (1751)

Study of two maps by geographer Robert of Vaugondy respecting to the Kingdom of Portugal in the eighteenth century (1751)

Marco Pais Neves dos Santos¹

Resumo

Analizamos dois mapas alusivos ao reino de Portugal, datados de 1751, publicados em Paris e assinados pelo geógrafo Robert de Vaugondy, a saber: *Partie Septentrionale du Royaume de Portugal, par le Sr. Robert, Geographe ordinaire du Roy. Avec Privilege.* 1751. e *Partie Meridionale du Royaume de Portugal, par le Sr. Robert, Geographe ordinaire du Roy. Avec Privilege.* 1751., com o objetivo de propor uma explicação para as divisões administrativas cartografadas. Como suporte ao objeto do trabalho, caracterizamos de forma concisa a evolução dos limites administrativos do reino de Portugal, desde a sua formação até a atualidade, e abordamos a vida e obra de Robert de Vaugondy. Concluímos ser o mais consentâneo com a lógica representarem divisões eclesiásticas.

Palavra-Chave: Robert de Vaugondy. Nicolas Sanson. Pierre Mortier. Cartografia. Divisão administrativa. Contrafação de mapas. Atlas Nouveau.

Abstract

We study two maps related to the Kingdom of Portugal, dated (1751), published in Paris, and signed by geographer Robert Vaugondy, as follows: *Partie Septentrionale du Royaume de Portugal, par le Sr. Robert, Geographe ordinaire du Roy. Avec Privilege.* 1751. e *Partie Meridionale du Royaume de Portugal, par le Sr. Robert, Geographe ordinaire du Roy. Avec Privilege.* 1751., with the aim of proposing an explanation for the administrative divisions on the maps. Supporting the object of this work we briefly characterize the evolution of the administrative boundaries of the Kingdom of Portugal, since its formation until nowadays, and we have followed Robert of Vaugondy's life and work. We have come to the conclusion that they logically represented church divisions.

Keywords: Robert of Vaugondy. Nicolas Sanson. Pierre Mortier. Cartography. Administrative division. Counterfeit maps. Atlas Nouveau.

¹ Mestre em Cidadania Ambiental e Participação pelo Departamento de Ciências e Tecnologia da Universidade Aberta. Licenciatura em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Licenciatura em Geografia e Planeamento Regional pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Minor em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Técnico Superior no Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI), Lisboa, Portugal. Email: marco.santos@inci.pt.

Introdução

“Aquele que lê muito e anda muito, vê muito e sabe muito” (SAAVEDRA, 1605)

A cartografia é uma ciência que trata da concepção, produção, difusão, utilização e estudo dos mapas. As primeiras referências cartográficas surgiram aproximadamente há 6.200 anos a.C. no território que corresponde atualmente à Turquia (DREYER-EIMBCKE, 1992).

No decorrer dos séculos XV e XVI, com as grandes navegações, comércio marítimo e trocas comerciais, processo evolutivo para o qual foram determinantes as inovações técnicas e de instrumentos de navegação realizadas pelos portugueses (SANTOS et al., 2012, p. 408), e mais tarde a Projeção de Mercator (CRANE, 2002), a cartografia teve um grande impulso. Sofreria inovações significativas com a Cartografia Contemporânea, caracterizada pela precisão cartesiana, e viria a ter o auge em meados do século XX (MOTA, 1958; CORTESÃO, 1969). Desde essa data, nunca parou de crescer e surpreender. Parece não existir fronteiras para a ciência e para a criatividade e capacidade de inovar nesta área, sendo os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) (em inglês *GIS - Geographic Information System*) a mais recente introdução tecnológica na Geografia (DREYER-EIMBCKE, 1992), ainda que, tal como advoga Burrough (1986), ou Vieät (2008, p. 15), “the collection of data about the spatial distribution of significant properties of the earth’s surface has

long been an important part of the activities of organized societies”.

O avanço tecnológico nos métodos de gravação e impressão e, mais recentemente, o aparecimento e vulgarização dos computadores vieram alterar profundamente a forma como os dados geográficos são adquiridos, processados e representados, bem como o modo como os interpretamos e exploramos. Conquistas recentes, como a centralização da informação geográfica, a disponibilização através das redes de telecomunicações, com elevada exatidão da representação gráfica da superfície terrestre, partilha em sistemas abertos, já normalizados, massificando a sua utilização, maioritariamente já realizada em sistemas eletrônicos, tornando-se interativa, até mesmo anulando a necessidade de impressão, alterou profundamente a forma como atualmente é concebida a representação e exploração dos dados geográficos (COPPOCK; RHIND, 1991)².

Recuando ao século XVIII, apesar de alguns avanços na elaboração de mapas, a cartografia ainda era rudimentar, quando comparada com os progressos do século XX, devido aos muitos condicionantes que se opunham ao seu progresso (PEDLEY, 2005). Nesse período, Gilles Robert de Vaugondy (1688-1766), também conhecido como Sieur ou Monsieur Le Robert, um grande geógrafo³, ao nível de Abraham Ortelius e de Gerardo Mercator, debateu-se com inúmeros entraves à produção de cartografia, que iam desde limitações, devido às guerras civis até as dificuldades de acessibilidade.

² Ver Coppock e Rhind (1991), sobre a evolução histórica dos SIG, que estrutura essa evolução em quatro fases, de forma muito resumida, a saber: 1) até meados da década de 70, por esforços de iniciativas particulares; 2) até início da década de 80, por esforço de entidades oficiais; 3) até final da década de 80, período de expansão e comercialização; 4) até ao momento, reforço de vendas e massificação utilização, tanto por entidades oficiais como por particulares.

³ Atente-se que, na França e na Inglaterra, o termo cartógrafo começou a ser utilizado no século XIX. Até essa data, os cartógrafos estavam divididos em dois grupos: topógrafos e geógrafos. Os primeiros trabalhavam com escalas maiores e faziam levantamentos topográficos que resultavam em mapas desenhados a partir dos seus cálculos e observação no terreno. Os segundos “[...] ficavam no ateliê e produziam mapas numa escala menor, realizados a partir da compilação dos levantamentos topográficos, dos mapas publicados previamente, dos mapas manuscritos e das descrições verbais de viajantes e exploradores.” (PEDLEY, 2007, p. 16-17). Este critério foi reproduzido em todo o trabalho.

Por isso mesmo, a informação que representava era fundamentada nos conhecimentos dos mais velhos que inquiria nas suas viagens, ou através de informações cedidas por marinheiros. Ainda assim, o seu trabalho foi internacionalmente reconhecido pelo rigor aplicado à cartografia e por dinamizar um setor que estava abafado, devido às guerras civis na França (PEDLEY, 2005). A sua obra, que assenta no trabalho do grande geógrafo Nicolas Sanson, ainda é admirada pelo rigor da cartografia e pela beleza e perceção das representações.

É sobre dois mapas assinados por Robert (de Vaugondy) que incide este ensaio, a saber: *Partie Septentrionale du Royaume de Portugal, par le Sr. Robert, Geographe ordinaire du Roy. Avec Privilege. 1751* e *Partie Meridionale du Royaume de Portugal, par le Sr. Robert, Geographe ordinaire du Roy. Avec Privilege. 1751*. Esses dois mapas foram identificados de forma isolada, enquanto expostos em leilão particular de antiguidades (em Lisboa), também, na seção de Cartografia da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), em vários locais de venda de antiguidades na internet, o que revela existirem em quantidade, e estão disponíveis na internet, na David Rumsey Map Collection(2013), a maior coleção particular de mapas históricos dos EUA (dos séculos XVIII e XIX). Surgem em vários locais, deixam várias dúvidas sobre o que representam, mas, ainda assim, são admirados pela sua beleza. Por isso, acreditamos que este é um trabalho essencial para todos esses admiradores, permitindo-lhes não só admirar a beleza gráfica mas também compreender a informação que transmitem.

O principal objetivo, ou questão de partida, é interpretar as divisões administrativas cartografadas e procurar respostas para perceber a que correspondem. Para melhor responder ao nosso objetivo, adotou-se a seguinte estrutura: (i) evolução concisa dos limites administrativos do reino de Portugal, desde a sua formação até a atualidade; (ii) a vida e obra de Robert de Vaugondy; (iii) referências e detalhes de elaboração nos mapas em estudo; e (iv), com base na informação apurada,

elaborar uma reflexão crítica que funcionará como conclusão e fecho do trabalho, onde se materializa a resposta à questão de partida, ou seja, onde se propõe uma explicação para as divisões administrativas representadas.

Quanto às questões metodológicas, o estudo de um determinado espaço geográfico num determinado contexto histórico exige um elevado conhecimento global, regional e local das conjunturas, que permita uma análise sistêmica e englobante das complexidades e dinâmicas. Recorreu-se a metodologias qualitativas numa perspectiva descritiva, avaliativa e crítica, através da comparação de vários mapas cartografados por Robert de Vaugondy, entre si, com os mapas realizados pela família Vaugondy e com mapas de outros geógrafos e topógrafos. Para isso, realizamos algumas visitas aos antiquários de Lisboa (Portugal) e à secção de cartografia da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), para observar, consultar e estudar os mapas em estudo e, também, outros importantes para este estudo. Na BNP, foi possível dialogar sobre o tema com a responsável essa secção, Doutora Fernanda Feijão, fato que se revelou muito lucrativo, e a quem agradecemos a atenção.

As obras referenciadas dos séculos XVII e XVIII, difíceis de localizar, receberam uma explicação adicional, em nota de rodapé junto com o autor, quando esse é citado pela primeira vez, quanto a conteúdo/estruturação da obra e indicação da cota para consulta na BNP, sempre que nesta exista um exemplar.

Acerca dos Limites Administrativos

A divisão administrativa de Portugal sofreu várias mutações ao longo do tempo, desde os primórdios até a atualidade, não sendo entretanto o objetivo principal deste ensaio, cabendo-nos aqui somente citar as principais alterações verificadas.

Inicialmente, o Reino de Portugal fazia parte de uma província do Reino de Leão. Posteriormente, durante a fase inicial da Reconquista, os reinos

ibéricos estabeleceram um sistema administrativo, baseado no antigo sistema visigótico (SOBRAL, 2008). Os reinos dividiram-se em divisões conhecidas por *províncias* ou *terras*, à frente das quais estava um governador, conhecido por *conde*, *duque* ou, mesmo, *príncipe*. Por sua vez, aquelas divisões subdividiam-se em unidades menores, também, conhecidas por *terras* ou *territórios*, chefiadas por *terratenentes*, também, denominados *condes* (SOBRAL, 2008).

Portugal, parte integrante do Reino de Leão, alcança a independência por D. Afonso Henriques, através da Bula Papal de 23 de maio de 1179 (*Manifestis Probatum*), emitida por Alexandre III.

Foi através dessa bula que D. Afonso Henriques recebeu o título de rei e o direito de conquistar terras aos Mouros, sobre as quais, outros príncipes cristãos não tivessem direitos anteriores (PEREIRA, 1979, p. 125-130). Começa, assim, a desenhar-se a configuração administrativa do reino, ainda que se mantenha, por mais quatro séculos, o sistema de divisão em terras administradas por terratenentes.

No início do século XIV, existiu uma profunda alteração administrativa e o país passou a ser dividido em seis grandes unidades de natureza civil, as *comarcas* (MARQUES, 1987, p. 295), divisão que se ia manter até o séc. XIX, apesar de sofrer alterações nos nomes (SOBRAL, 2008).

Quadro 1 - Comarcas e seus limites.

Comarcas	Limites
Comarca de Trás-os-Montes	Limitada a oeste pelo Rio Tâmega e ao sul pelo Douro.
Comarcade Entre-Douro-e-Minho	Limitada ao sul pelo rio Douro e a leste pelo Tâmega.
Comarca da Beira	Inicialmente, a faixa interior de território, entre o Douro e o Tejo. No século XVI, expandiu-se para a faixa litoral, englobando anteriores territórios da Estremadura.
Comarca da Estremadura	Inicialmente, a faixa litoral de território, entre o Douro e o Tejo. No século XVI, o seu limite norte recuou até o sul do Mondego. Por sua vez, o seu limite sul expandiu-se para sul do Tejo, englobando a península de Setúbal.
Comarca de Entre-Tejo-e-Odiana	Limitada ao norte pelo Tejo e ao sul pela serra do Caldeirão.
Reino do Algarve	Limitada ao norte pela Serra do Caldeirão.

Fonte: Sobral, 2008.

Nas comarcas, quem manda é um corregedor (magistrado administrativo e judicial) que representa o poder régio. A comarca Entre-Tejo-e-odiana, mais tarde, viria a ser conhecida por Alentejo; nome que prevaleceu até os nossos dias.

No século XVII, as províncias e as comarcas passam a ser unidades distintas. As comarcas reestruturam-se (quadro n.º 2) e formam unidades administrativas e judiciais, e as províncias, compostas por áreas de grande dimensão, são utilizadas para fins estatísticos e militares (SOBRAL, 2008).

A comarca, ou correição, passa a ser uma subdivisão das províncias, mantendo-se como a área de jurisdição de um corregedor. Deixa, assim, de haver um único corregedor para cada província, deixando a mesma de ser uma unidade administrativa. A província passa a ser apenas uma unidade, para fins estatísticos, e um comando militar territorial sob responsabilidade de um governador das armas. De observar que, até final do século XVIII, os territórios feudais do clero ou da nobreza constituíam ouvidorias, com funções semelhantes às das comarcas, mas cujos ouvidores eram nomeados pelos senhores feudais. Em 1790, todas as ouvidorias foram transformadas em comarcas, com corregedor nomeado, diretamente, pela Coroa.

Quadro 2 - Províncias e Comarcas em 1801.

<i>Províncias</i>	<i>Comarcas</i>
Província de Entre-Douro-e-Minho	Valença, Viana, Braga, Barcelos, Guimarães, Porto e Penafiel.
Província de Trás-os-Montes	Bragança, Miranda, Moncorvo e Vila Real.
Província da Beira	Feira, Aveiro, Lamego, Trancoso, Pinhel, Guarda, Linhares, Viseu, Castelo Branco, Arganil e Coimbra.
Província da Estremadura	Leiria, Ourém, Cinco Vilas (Chão de Couce), Tomar, Alcobaça, Santarém, Alenquer, Torres Novas, Ribatejo (Vila Franca de Xira), Lisboa e Setúbal.
Província do Alentejo	Crato, Portalegre, Vila Viçosa, Avis, Elvas, Évora, Beja e Ourique.
Reino do Algarve	Lagos, Faro e Tavira.

Fonte: Sobral, 2008.

As comarcas passam a ser uma subdivisão das províncias (quadro n.º 3). Cada província poderia ter várias comarcas, dependendo, isso, da sua dimensão e importância.

Quadro 3 - Províncias e Respetivas Subdivisões

<i>Mappa de Portugal. Do que comprehendem as seis Províncias de Portugal.</i>						
Províncias	Minho	Trás-os-Montes	Beira	Estremadura	Alentejo	Algarve
Comarcas	6	4	8	8	8	2
Cidades	2	2	5	2	4	4
Vilas	16	50	234	114	100	12
Patriarcado	-	-	-	1	-	-
Arcebispado	1	-	-	-	1	-
Bispados	1	1	4	1	2	1
Inquisição	-	-	1	1	1	-
Universidade	-	-	1	-	1	-
Paróquias	1500	610	1090	460	350	67
Cidade Capital	Porto	Miranda	Coimbra	Lisboa	Évora	Faro
Praça de armas	Viana	Chaves	Almeida	Lisboa	Elvas	Lagos
Léguas de Comprimento	18	34	36	40	39	28
Léguas de Largura	12	16	36	18	35	8

Fonte: Castro, 1762, p. 80.

Nota: No título da tabela, manteve-se a grafia do autor.

A partir do século XVII, as **províncias** passam a ser adotadas como modelo administrativo padrão, derivando outros limites administrativos secundários, através deste principal, de que é o caso das **comarcas**, mas também dos **almojarifados**, “[...] unidades fiscais, aproximadamente equivalentes às modernas direcções e repartições de finanças”, e das **provedorias**, “[...] unidades assistenciais, aproximadamente equivalentes às modernas administrações regionais de saúde e centros regionais de segurança social” (SOBRAL, 2008, grifo nosso). O quadro n.º 3, da autoria do Padre João Bautista de Castro (1762), não refere os almojarifados e as provedorias, devido à sua menor importância, em termos administrativos do reino, mas identifica as grandes divisões administrativas do reino, o que permite cimentar todo o referido anteriormente.

No sentido de conferir continuidade ao texto, ao longo da história da evolução dos limites administrativos, irá, a seguir, fazer-se uma abordagem de forma resumida dessa evolução até o século XXI. Esse resumo pretende evidenciar a constante mudança, em Portugal, dos seus limites administrativos.

Em 1832, o governo liberal (em exílio nos Açores) decreta uma reorganização administrativa que, na prática, se mantém próximo da divisão administrativa em províncias, até então vigente, criando, somente, a província do Douro em Portugal (foram criadas outras províncias só que em territórios ultramarinos).

Pela Lei de abril de 1835, surge a divisão administrativa em Distritos, em detrimento da antiga divisão em prefeituras e juntas gerais das províncias. As comarcas sofrem alterações e são transformadas em distritos, e as províncias surgem como as primeiras divisões, somente, para fins estatísticos e de referência geográfica, agrupando os Distritos.

São várias, as reformas existentes (1836: foi criado o Distrito da Horta e o Distrito de Angra do Heroísmo passou a corresponder a uma nova província Central dos Açores; 1892: extinção das Juntas Gerais dos Distritos). Em 1936, são criadas novas províncias no âmbito da política de regionalização defendida pelo Estado Novo. Essa divisão não correspondia à antiga divisão em províncias e foi feita com base nos estudos do geógrafo Amorim Girão.

Na sequência do III Plano de Fomento Nacional, em 1969, são criadas as Regiões de Planeamento, que visavam à estruturação do espaço para a aplicação de medidas políticas de desenvolvimento regional. Ainda em 1979, são criadas divisões regionais, as atuais Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

A grande divisão administrativa contemporânea para fins estatísticos (NUTS), elaborada em conjunto com a União Europeia (UE), foi implementada em 1986 e, em 2004, paralelamente à divisão em Distritos e, em NUTS, foi criada a divisão administrativa em Áreas Urbanas, para a gestão de assuntos de interesse intermunicipal.

O Autor e a Obra

Gilles Robert de Vaugondy foi um eminente geógrafo francês do século XVIII (PEDLEY, 2007, p.18), que inovou na exatidão da cartografia, num período em que a tendência apontava para a estética, afirmando o iluminismo Francês, e menos na precisão e detalhe (PEDLEY, 2005). A qualidade do seu trabalho marcou, de forma muito positiva, o estudo da História da Cartografia e, ainda hoje, fascina admiradores de cartografia antiga pela sua beleza (VAUGONDY, 1749, 1751, 1797).

Figura 1 - Tradicional cercadura de florões nos mapas de Sr. Robert de Vaugondy



Fonte: Vaugondy, 1749.

Vaugondy viveu entre 1688-1766, era descendente de Nicolas Sanson e os seus Atlas são claramente a continuação da obra de Sanson, denominada *Cartes Générales de todas as partes de Monde*, composta por 108 mapas: 12 alegóricos ao mundo antigo e 96 recaem sobre uma geografia mais moderna. É de referir que os sucessivos conflitos bélicos, que ocorreram nos Estados e que, atualmente, pertencem à Europa, prejudicaram o comércio da cartografia. Na França, só após o *terminus* das guerras civis e restauração da coroa a Louis XIV, é que o comércio de mapas começou a ser dinamizado, o que aconteceu até a Revolução Francesa, no final do século XVIII, beneficiando de “prosperidade crescente, da expansão comercial e do aumento do consumo.” (PEDLEY, 2007, p. 16).

A maior prosperidade política e o desenvolvimento comercial foram determinantes para a emergência de uma classe média cada vez mais rica. É nessa conjuntura que emerge Robert de Vaugondy, que ganha notoriedade, beneficiando-

se de um sistema de ensino organizado por ordens religiosas, que incluía a Matemática e a Ciência como partes do seu currículo básico. Neste âmbito, Mary Sponberg Pedley destaca o ensino ministrado pelos Jesuítas:

[...] dava ênfase à Geografia e à História, num currículo no qual utilizavam mapas, atlas e globos para ensinarem o mundo natural e político. Para a autora, “ao utilizarem uma abordagem Cartesiana, geógrafos franceses como Delisle, Robert de Vaugondy e d’Anville começaram com uma grade de coordenadas de longitudes e latitudes e reuniram mapas de várias fontes diferentes: mapas antigos, relatos de exploradores, relatos de viagens e levantamentos topográficos manuscritos. Dessas fontes, os geógrafos estabeleceram os contornos das costas, as fronteiras, as maiores cidades e as características topográficas e geográficas. Para acompanharem seus mapas, eles escreveram Memórias descrevendo suas fontes e explicando os métodos utilizados para fazer as cartas (PEDLEY, 2007, p. 18).

Robert de Vaugondy seguiu o exemplo de Sanson e incluiu, nos seus mapas, informações relativas a rotas comerciais, vias de comunicação

terrestres e marítimas, relevo, linhas de água, divisões eclesiásticas, limites administrativos, entre outros. Apesar dos poucos recursos da época, os seus mapas são reconhecidos pela elevada qualidade e grande precisão. De todos os mapas elaborados por Robert de Vaugondy e por outros geógrafos (e tipógrafos) franceses durante o século XVIII, poderá considerar-se que a cartografia do Extremo Oriente e da América do Norte foram as que mais progressos tiveram na exatidão da sua elaboração (PEDLEY, 2005).

Gilles Robert Vaugondy e o seu filho Didier Robert Vaugondy formavam uma equipe, com unidade e qualidade, fazendo trabalhos em conjunto e, também, de forma individual. A imprensa histórica francesa diz que uma das maneiras de identificar os trabalhos realizados, individualmente, por Robert Vaugondy é pela forma como são assinados: Gilles frequentemente assinava os mapas como “Robert”, enquanto Didier quase sempre assinou os seus mapas como “Robert de Vaugondy”, ou acrescentando “filho” ou “filio” após o nome dele. Faziam mapas e globos terrestres com grande variedade de dimensões, pelo que empregavam vários especialistas na sua produção, nomeadamente, a desenhar as cercaduras (FRENCH et al., 2004, p. 52).

Gilles Robert e o seu filho Didier Robert publicaram, em 1757, o *Atlas Universal*, um dos mais importantes Atlas do século XVIII. Em 1760, Didier Robert da Vaugondy foi nomeado geógrafo de Louis XV (FRENCH et al., 2004). Para a elaboração do *Atlas Universal*, Gilles Vaugondy e Didier Vaugondy contaram com o material cartográfico que herdaram de Sanson. Também, recorreram aos conhecimentos geográficos da Marinha Francesa, em particular, para a elaboração dos mapas da América do Sul e Canadá, bem como aos conhecimentos dos mais velhos,

que inquiriam nas suas viagens, para representar a realidade da forma mais correta e verdadeira possível. Para a representação do reino de Portugal, basearam-se nos métodos anteriores e solicitaram o conhecimento dos maiores especialistas em cartografia de Portugal (PEDLEY, 1984). Aliás, tal como concluímos no último ponto do trabalho, os dois mapas em estudo, *Partie Septentrionale du Royaume de Portugal* e *Partie Meridionale du Royaume de Portugal* fazem parte do *Atlas Universal* da família Robert Vaugondy (FRENCH et al., 2004, p. 52).

Detalhe/Referências dos Mapas

Título dos Mapas

- o *Partie Septentrionale du Royaume de Portugal, par le Sr. Robert, Geographe ordinaire du Roy. Avec Privilege. 1751*⁴.
- o *Partie Meridionale du Royaume de Portugal, par le Sr. Robert, Geographe ordinaire du Roy. Avec Privilege. 1751*⁵.

Descrição dos Mapas

Impressão em preto sobre papel e posteriormente aguarelado.

Tem uma escala gráfica de doze léguas portuguesas, de 18 léguas por unidade de grau. [Escala: 1: 680 000]. Portugal tinha 93 léguas e meia de comprimento (CARPINRTTI, 1769, 1779).

Contém, ainda, escalas gráficas de: “*13 1/3 Lieues Marines et d' une heure de 20 au Degré*” e “*40 Mille Pas Géométriques de 60 au Degré = [10,85 cm]*”.

Apresenta o título no canto superior direito, bem como no canto inferior direito, para os mapas setentrional e meridional, respetivamente, estando rodeado por uma cercadura de florões,

⁴ Disponível na Biblioteca Nacional de Portugal (cota C. C. 536 A. - em 23/01/2013).

⁵ Disponível na Biblioteca Nacional de Portugal (cota C.C. 173 P1- em 23/01/2013).

artisticamente decorada. Descrição física: um (1) mapa em duas (2) folhas: gravura, traçados color.

Dimensões: 50,00 x 53,50 cm em folha de 54,60 x 82,70 cada folha.

Estrutura dos mapas

Os mapas, objeto de estudo no presente trabalho, representam o reino de Portugal em 1751.

Apesar de terem sido elaborados dois mapas independentes para representar o reino de Portugal, ambos estão interligados; existe continuidade entre a parte meridional e a parte setentrional.

Existe uma sobreposição de três (3) centímetros, na parte meridional, em relação à parte setentrional, ou seja, o segundo mapa que representa o Sul do reino de Portugal começou por representar 3 centímetros da informação que já havia sido representada na parte Norte do reino de Portugal.

A representação da parte meridional do reino de Portugal, além de estar sobreposta com a setentrional, está desalinhada um (1) centímetro na relação Este/Oeste, conforme figura n.º 3, em anexo (VAUGONDY, 1749, 1751). O mapa está dividido em províncias e subdividido em territórios.

Descrição das províncias

As partes Setentrional e Meridional dos mapas são compostas por seis províncias: Entre Minho e Douro (atualmente Entre-Douro-e-Minho), Tralos Montes (atualmente Trás-os-Montes), Beira, Estremadura, Alentejo e Algarves.

Desagregação das províncias em territórios

Províncias de Entre Minho e Douro:

Território de Viana (atualmente escreve-se Viana do Castelo)

Território de Ponte de Lima

Território de Guimarães

Território de Porto

Províncias de Tralos Montes:

Território de Vila Real

Território de Moncorvo

Território de Miranda

Território de Pinhel

Províncias da Beira:

Território de Lamego

Território de Aveiro

Território de Viseu (atualmente escreve-se Viseu)

Território de Guarda

Território de Coimbra

Território de Castel-Branco (atualmente escreve-se Castelo Branco)

Províncias da Estremadura:

Território de Leiria

Território de Tomar

Território de Santarém

Território de Pavos⁶

Território de Setúbal⁷

⁶ Este espaço geográfico inicia-se, ao Norte, na localidade da Lourinhã. Ao Sul, tem o seu término após o Batólito de Sintra: sendo perceptível que esta linha de separação se faz tendo por base a área de influência da Cidade de Lisboa, que desde sempre, foi a “cabeça” do reino de Portugal. É possível, igualmente, que essa linha de separação também estabeleça o término dos terrenos acidentados provenientes do batólito de Sintra e marque o início do terreno regular que se estende até Lisboa, pertencente ao Território de Setúbal. A delimitação do espaço desse território foi feita com base no Litoral do Reino de Portugal. A título de exemplo, a Sudeste do Território de Pavos, a fronteira entre esses dois territórios é definida pela foz de uma ribeira, que atualmente não tem essa configuração, e se denomina Rio Trancão.

⁷ A cidade de Lisboa, denominada de Lisbone no mapa em estudo, surge agregada ao Território de Setúbal. Porém, está destacada como nenhuma outra cidade. É apresentada com uma cor apelativa (rosa forte), que desperta a atenção para a sua existência e ainda tem representado as poderosas muralhas que protegem a Cidade.

Território de Lisboa

Províncias do Alentejo:

Território de Beja

Território de Évora

Território de Estremos (atualmente escreve-se Estremoz)

Território de Portalegre

Províncias dos Algarves:

Território de Lagos

Território de Tavira

Reflexão Crítica sobre os Limites Administrativos Representados nos Mapas em Estudo

O presente capítulo tem como objeto propor uma explicação para as divisões administrativas representadas nos mapas em estudo. Começamos por fixar os limites administrativos oficiais que existiam no reino de Portugal no século XVIII, em virtude de os mapas pertencerem a esse período. Poderemos verificar, com base em Castro (1762), Meneses (2001) e Sobral (2008), que os limites administrativos oficiais eram: Províncias, Comarcas e Ouvidorias (hierarquia da esquerda para a direita).

No século XVII, a província e a comarca passam a ser unidades distintas. A comarca, ou correição, passa a ser uma subdivisão da província, mantendo-se como a área de jurisdição de um corregedor. Deixa, assim, de haver um único corregedor para cada província, deixando a mesma de ser uma unidade administrativa. A província passa a ser apenas uma unidade para fins estatísticos e um comando militar territorial sob responsabilidade de um governador das armas. De observar que, até final do século XVIII, os territórios feudais do clero ou da nobreza constituíam ouvidorias, com funções semelhantes às das comarcas, mas, cujos ouvidores eram nomeados pelos senhores feudais. Em 1790, todas as ouvidorias foram transformadas em comarcas, com corregedor nomeado, directamente, pela Coroa (SOBRAL, 2008).

Ao analisar o trabalho de Robert de Vaugondy, poderemos depreender que a representação principal corresponde a províncias, no entanto,

as representações secundárias ou subdivisões não correspondem a comarcas. Devido às sucessivas alterações que sofreram, os limites administrativos do reino de Portugal, como vimos anteriormente, poderia levantar-se a questão de ser um erro do cartógrafo, por desconhecimento da realidade, mas não existe qualquer aproximação do que está representado nestes mapas com as divisões administrativas que, até essa data, tinham vigorado em Portugal. Era a primeira e mais fácil análise que poderia ser feita, mas foi inconclusiva, e permanecia a questão sobre o que representavam as divisões administrativas!

Poderíamos começar por fazer um estudo do mapa, comparando o mapa de Vaugondy de 1751 com a cartografia atual de Portugal, ao nível da orografia, hidrografia, definição da costa e povoamento, para avaliar o conhecimento real desse espaço geográfico e a qualidade da cartografia, o que permitia apurar o nível de conhecimento que Vaugondy tinha da realidade, que estava a cartografar, respondendo assim à questão anterior, já que, se fosse comprovado desconhecimento, a opção anterior de erro poderia equacionar-se, e podíamos estar perante uma divisão administrativa do território. No entanto, para realizar um trabalho desta natureza, que mesmo o mais simples seria moroso, seria necessário ter alguma confiança de que Robert de Vaugondy era o autor deste mapa, e não outro geógrafo ou topógrafo; desde logo porque Vaugondy era geógrafo, profissão em que predominava o trabalho de atelier, por oposição aos topógrafos, que faziam mais trabalho de campo (PEDLEY, 2007, p. 16-17), e também porque a contrafação foi muito forte em toda a Idade Moderna, na altura um trabalho digno e respeitado, também, uma forma de alguns técnicos ganharem dinheiro, e estávamos conscientes de que esses mapas poderiam ter resultado de um processo de cópia em atelier.

Decidimos investigar a origem do mapa em estudo, para ver se existiam outros, iguais ou semelhantes, com mais ou menos informação, dentro ou fora da família Vaugondy, e começamos

por comparar esses dois mapas com outros mapas do mesmo autor (de Portugal), e com mapas de outros geógrafos, incluindo portugueses, como os mapas produzidos por João Silvério Carpinetti (1762), grande cartógrafo português que produziu a obra *Mappas das províncias de Portugal novamente abertos, e estampados em Lisboa*⁸. No entanto, não conseguimos qualquer correspondência, muito pelo contrário, ainda conseguimos complexificar, pois, para além de não fazer sentido a representação administrativa, percebemos que, também, não fazia sentido a representação fragmentada do reino de Portugal, porque Robert de Vaugondy nunca o tinha feito, como, igualmente, nunca o fez Carpinetti.

Durante a investigação, localizamos o *Atlas Universel* da autoria de Gilles Robert de Vaugondy e do seu filho Didier Robert de Vaugondy (VAUGONDY, 1776⁹; PEDLEY, 1984). Ao analisar a obra da família Vaugondy, que se pauta por um enorme rigor na informação cartografada, encontramos referências aos sistemas de coordenadas (grande problema na elaboração de mapas nesses séculos, porque as escalas eram elaboradas em léguas e cada país poderia apresentar valores diferentes para as mesmas léguas), referências da evolução cartográfica por conta de cada país europeu, registros dos grandes geógrafos por país e o seu contributo para a cartografia e, de maior importância, a fonte da informação dessa produção cartográfica (PEDLEY, 1984). Apesar de não existir uma indicação explícita do que foi representado nos mapas, existia um indício, um fio

condutor, a fonte que permitiu Vaugondy elaborar os mapas.

Avertissement

[...] **Le royaume de Portugal, qui se trouve dans cette carte générale, a été tire de la carte en deux feuilles, publiée & dédiée au roi don Joan par Nicolas Sanson, en 1654.** Si nous ne prétendons point donner ici rien de supérieur par sa nouveauté à ce qui a paru jusqu'à présent, du moins espérons-nous que notre travail, ayant été revu & corrigé pour orthographe des nomes & quelques circonflaces de détail, par plusieurs favans du pays, pourra mériter quelque attention (VAUGONDY, 1797, p. 29, grifo nosso)¹⁰.

Pesquisando sobre os trabalhos de Sanson, foi possível chegar a um outro Atlas na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), denominado *Atlas de Portugal*¹¹, onde, entre vários mapas, constava um com o título: “*Parte septentrional do Reyno de Portugal; Parte meridional do Reyno de Portugal Sanson, Nicolas, 1600-1667. - Paris: Em casa do autor 1654*” (SANSON,[18--?]). Estávamos perante mapas realizados em data anterior, muito semelhantes, e que poderiam ter sido a fonte dos mapas de Vaugondy (1751). Como vimos no capítulo do autor e a obra, esta hipótese faz todo o sentido, não só porque Robert de Vaugondy seguiu a metodologia de fazer cartografia de Sanson (PEDLEY, 2005), mas, também, porque, para a elaboração do *Atlas Universal*, Gilles Vaugondy e Didier Vaugondy contaram com o material cartográfico que herdaram de Sanson. Para além de fazer sentido, ainda permite responder a uma das interrogações, o porquê de o

⁸ A obra de Carpinetti (1762) está dividida em seis (6) páginas de texto e sete (7) mapas. Em texto apresenta a geografia do reino de Portugal, por províncias (população, estrangeiros, confrontações, bispos, mosteiros, etc.). Pode ser consultada na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) (cota n.º C.A. 203 P. - em 23/01/2013).

⁹ Data da publicação atribuída com base no mapa 1776 “*Amérique Meridionale*”. Obra disponível na Biblioteca Nacional de Portugal (cota C. A. 146 A. - em 23/01/2013).

¹⁰ Data de publicação atribuída de acordo com dois mapas, incluídos na obra, com data de 1797. Os mapas em estudo fazem parte destes atlas. Esta obra pode ser consultada na Biblioteca Nacional de Portugal (cota C. A. 211 A. - em 23/01/2013).

¹¹ Trata-se de um atlas “fictício”, composto por mapas de Portugal dos séculos XVI, XVII e XVIII, organizado muito provavelmente por volta de 1710, uma vez que a maior parte dos mapas são do século XVIII, dos anos compreendidos entre 1704 e 1708. Esta é a obra original que esteve na base dos mapas publicados por Robert de Vaugondy e está disponível na Biblioteca Nacional de Portugal (cota C.A. 15 R. - em 23/01/2013).

Reino de Portugal estar dividido na parte setentrional e na parte meridional, sendo que Vaugondy nunca o tinha feito em outros trabalhos. Tudo indica que não foi Robert de Vaugondy, o verdadeiro autor dos mapas, apenas se limitou a reproduzir/melhorar o que já havia sido elaborado por Sanson, em meados do século XVII e, portanto, os nossos mapas (em estudo) são produtos de contrafação.

Nessa fase da investigação, existia esperança de encontrar, no mapa de Sanson, informações sobre o que lá estava representado, até porque, nesse período da história, era muito frequente escrever no próprio mapa o que estava a ser representado, mas isso não se verificou. A informação que constava nos dois mapas de Sanson ([18--?]) era a seguinte:

AO MUITO ALTO, E PODEROSO PRINC,^{pe} E SENHOR DOM LOAM IIII REY DE PORTUGAL, E DOS ALGARVES, DA QUEM E DALEM MAR EN AFRICA : SENHOR DE GUINÊ, E DA CONQUISTA, NAUVEGAÇAM E COMMERCIO DA ETHIOPIA, ARABIA, PERSIA, INDIA, E BRASIL Dedicaa N. Sanson. Geogr. del sua Mag.^{te} Xpss.^{ma}

Esta informação localiza-se no canto superior esquerdo do mapa de Sanson ([18--?]), no seguinte contexto: apresenta uma nau, que realça a coroa portuguesa, os escudos dos guerreiros portugueses, a navegação (conquistar e comercializar), e tem várias velas fechadas e uma aberta, onde está inscrita a anterior citação.

Apesar de não existir qualquer indicação do próprio autor, em relação à informação constante no mapa, tínhamos, então, elementos que permitiam recuar um século na história e perspetivar quais os limites administrativos oficiais no reinado de D. João IV. Isto porque foi D. João IV o mandatário da obra de Sanson, conforme ele próprio o refere na citação anterior. É preciso ter presente que esse monarca tornou-se 8º Duque de Bragança em 26 de outubro de 1630, foi aclamado solenemente D. João IV, rei de Portugal, no dia 15 de dezembro de 1640, após a Restauração da Independência de Portugal, face ao reino de Espanha. No exercício das suas

funções, trabalhou para a organização do Reino, fez um trabalho notável no campo administrativo e legislativo e faleceu em 6 de novembro de 1656, sendo que os mapas de Sanson estão datados do ano de 1654, o que torna esta hipótese possível e fiável.

Analisamos os limites administrativos do mapa de Nicolas Sanson, representados um século antes e verificou-se que eram exatamente iguais aos representados por Robert Vaugondy, um século mais tarde. A diferença, como já vimos na citação de Vaugondy, era uma atualização da informação, o que, com rigor, pode ter enviesado o fundamento inicial do mapa de Sanson, já que Vaugondy manteve-se fiel às divisões administrativas do reino, mas não à informação que elas representavam. Não obstante, o trabalho de Sanson ([17--]) apresenta um padrão: representa a implementação do espaço religioso em Portugal. Poderemos chegar a esta conclusão, porque somente tem representações gráficas de Igrejas e, nas divisões administrativas, faz referência aos bispados. Podemos distinguir dois tipos de representações, a primeira, diz respeito a uma Igreja pequena, apenas com uma torre, e a segunda a uma Igreja grande, composta por três torres, uma maior no centro e duas pequenas dos lados. Nessa altura, todos os territórios tinham uma igreja grande e um determinado número de igrejas mais pequenas, hierarquia que ainda hoje existe.

Da leitura desta informação e das várias hipóteses que poderíamos formalizar para a divisão administrativa constante nos dois mapas em estudo de Robert Vaugondy, parece ser mais consentâneo com a lógica, tratar-se de uma divisão administrativa de foro eclesiástico. De fato, já observamos que D. João IV procurou solidificar a nova dinastia e que, de acordo com Dias (1998, p. 413), a igreja em Portugal, durante o século XVI, sofreu uma remodelação profunda em todos os níveis, da administração ao clero, às concepções doutrinárias.

[...] Esta situação deveu-se essencialmente à actuação da Coroa e da própria Igreja, sobretudo com o concílio de Trento. Com efeito na própria reorganização da

Coroa inseriu-se uma reforma da Igreja, que, [...] obrigou a toda uma reestruturação espacial das dioceses.

Os fatos parecem convergir para uma divisão administrativa religiosa. Porém, na perspectiva de localizar algo mais fidedigno, continuamos a investigar e encontramos nos arquivos cartográficos da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) uma edição da “[...] contrafação holandesa do Atlas Nouveau, composta, sobretudo, por mapas de Nicolas Sanson, editada em Paris, por Hubert Jaillot, em 1681 e publicada em Amesterdão por Pierre Mortier, muito provavelmente, da edição “Jaillot I E”, segundo M. Pastoureau”. Embora, no frontespício do atlas, conste a indicação “A Paris, Chez Hubert Jaillot, joignant les Grands Augustins aux deux Globes. Avec privilège du Roy, MDCXCII”, essa indicação é falsa, trata-se de uma cópia holandesa, tendo os mapas sido reimpressos por Mortier entre 1690 e 1692, com reproduções que são bastante fiéis aos originais franceses (SANSON, 1692)¹².

Nesse *Atlas Nouveau*, consta uma cópia idêntica aos mapas originais de Nicolas Sanson, com os mesmos limites administrativos, com a mesma escala, com as mesmas divisões eclesiásticas, com as mesmas representações gráficas e, ainda, com a indicação do que estava representado (SANSON, 1692). Esta descoberta dava consistência à

razão formulada até o momento. Neste caso, em específico, foi benéfico ter existido contrafação, em quantidade, porque só assim é possível acreditar na tese de que os mapas em estudo representam limites administrativos do espaço eclesiástico. Esta contrafação de Pierre Mortier designa-se: *Le Royaume de Portugal et dès Algarves divise en ses archevêchés, évêchés, et territoires* (tradução: divisão do reino de Portugal e dos Algarves em arqui-dioceses, dioceses e territórios).

Em relação à veracidade da informação constante dos mapas, não dispomos de informação concreta, mas sabemos que Pierre Mortier é reconhecido pelas suas capacidades técnicas e perfeccionismo aplicado nas suas contrafações. Nesse âmbito, Pastoureau (1984) diz-nos que Pierre Mortier foi um cartógrafo holandês que dedicou toda a sua vida à contrafação, sendo exímio na reprodução de mapas de cartógrafos estrangeiros, como é o caso dos mapas de Sanson. Torna-se necessário reiterar que a contrafação, nesse período, não era considerada da mesma forma, como atualmente, vista como plágio. Contrafação significava sabedoria e desenvolvimento do conhecimento. Neste caso, Pierre Mortier, apesar de reproduzir mapas que não eram seus, ainda, colocava referências erradas no mapa que produzia. A título de exemplo, retomemos ao trabalho referido acima. Nos mapas que reproduziu de Sanson, indicou que

¹² Disponível para consulta na Biblioteca Nacional de Portugal (cota C.A. 21 R. - em 23/01/2013). De acordo com a ficha bibliográfica desta obra: “Publicação: A Paris [i.é. Amesterdão]: Chez Hubert Jaillot [i.é. Pierre Mortier], 1692 [i.é. post. 1719]. Ref.Ext.: Mireille Pastoureau – “Les atlas français XVIe-XVIIe siècles”. Paris: Bibliothèque Nationale, 1984, p. 234, 254-256. Trata-se de uma das edições da contrafação holandesa do “Atlas Nouveau” composto, sobretudo, por mapas de Nicolas Sanson, editado em Paris por Hubert Jaillot em 1681, publicada em Amesterdão por Pierre Mortier, muito provavelmente, da edição “Jaillot I E” segundo M. Pastoureau. Embora no frontespício do atlas conste a indicação falsa “A Paris, Chez Hubert Jaillot, joignant les Grands Augustins aux deux Globes. Avec privilège du Roy, MDCXCII”, trata-se de uma cópia holandesa. Os mapas foram reimpressos por Mortier entre 1690 e 1692 e, apesar das reproduções serem, regra geral, bastante fiéis aos originais franceses, alguns mapas foram erradamente atribuídos a Sanson. O mapa 11 (Carte de Moscovie) é de Guillaume Delisle, que Mortier só publicou a partir de 1708, e o mapa 43 (Carte particulière de la Mer Rouge) foi originalmente publicado no atlas “Suite du Neptune François”, publicado também por Pierre Mortier, em 1700. Os mapas 14, 31, 34 e 44 estão datados de 1696. Uma parte importante dos mapas tem a menção “A Amsterdam, Chez Pierre Mortier” e os mapas 8, 26, 29, 39 e 41 já apresentam a indicação “A Amsterdam, Chez Pierre Mortier et compagnie”, que passou a ser usada a partir de 1719, após a morte da viúva de Pierre Mortier, cf. M. Pastoureau”. (<http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1XOJ137448129.135420&profile=bn&uri=search=AL~!Sanson,%20Nicolas,%201600-1667&term=Sanson,%20Nicolas,%201600-1667&ri=16&aspect=subtab-13&menu=search&source=~!bnp>).

esses tinham sido produzidos em Paris, no entanto, foram impressos em Amesterdão, indicando o ano de publicação de 1692, mas na realidade foi posterior a 1719, e, ainda, colocou o nome do cartógrafo *Chez Hubert Iailot*, quando deveria ter colocado o seu nome enquanto produtor. Pela sua biografia, percebemos que a alteração e omissão destes três elementos, sempre presentes nos mapas, resultavam de questões econômicas. Ou seja, colocava nos mapas de sua autoria nomes dos cartógrafos reconhecidos internacionalmente, com o objetivo de valorizar as suas próprias criações contrafacetadas e “vender mais caro” (PASTOUREAU, 1984).

Apesar das irregularidades cometidas para “fazer dinheiro”, são vários, os autores que defendem a qualidade das contrafações de Pierre Mortier, sendo, por isso, uma referência a ter em conta neste trabalho, até porque permite descodificar a questão inicial. Pelo exposto, acreditamos que os limites administrativos cartografados nos mapas do reino de Portugal de Robert de Vaugondy (1751) representam divisões eclesiásticas (possivelmente, nunca chegaram a ser aplicadas) ou, ainda, poderão representar um estudo com o objetivo de renovar a estrutura da igreja, que poderia ter sido solicitado por D. João IV a Nicolas Sanson, já que era um período de dinâmica reformadora, por imposição da nova dinastia, após restauração da independência de Portugal.

Chegamos a conclusões fiáveis, que se tornariam ainda mais credíveis, se realizado um estudo de comparação dos mapas de 1751 com a cartografia atual, ao nível da orografia, hidrografia, definição da costa e povoamento. Será um trabalho a apresentar futuramente.

Referencias

BURROUGH, P. *Principles of geographical information systems for land resources assessment*. Oxford: Clarendon Press, 1986.

CARPINETTI, J. S. *Mappas das provincias de Portugal novamente abertos, e estampados em Lisboa*: oferecidos ao illustrissimo e excellentissimo Senhor Conde de Oeyras. Lisboa: Francisco Manuel, 1762.

CASTRO, J. B. *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno, Beneficiado na Santa Basilica Patriarcal de Lisboa. Tomo Primeiro. Parte I. E II*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762.

COPPOCK, J. T.; RHIND, D. W. The history of GIS. In: MAGUIRE, D. J.; GOODCHILD, M. F.; RHIND, D. W. *Geographical information systems: principles and applications*. London: Longman, p. 21-43, 1991. v. I.

CORTESÃO, A. *História da cartografia portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1969. v. I.

CRANE, N. *Mercator: the man who mapped the planet*. New York: Henry Holt, 2002.

DAVID RUMSEY MAP COLLECTION. *David Rumsey historical map collection*. Disponível em: <<http://www.davidrumsey.com/luna/servlet/RUMSEY~8~1>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

DIAS, J. J. A. (Coord.). Portugal do renascimento à crise dinástica. In: SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. O. *Nova história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1998. v. 5.

DREYER-EIMBCKE, O. *O descobrimento da terra: história e histórias da aventura cartográfica*. São Paulo: Melhoramentos, 1992.

FRENCH, J. et al. *Tooley's dictionary of mapmakers: revised edition A-Z*. Inglaterra: Early World Press, 2004.

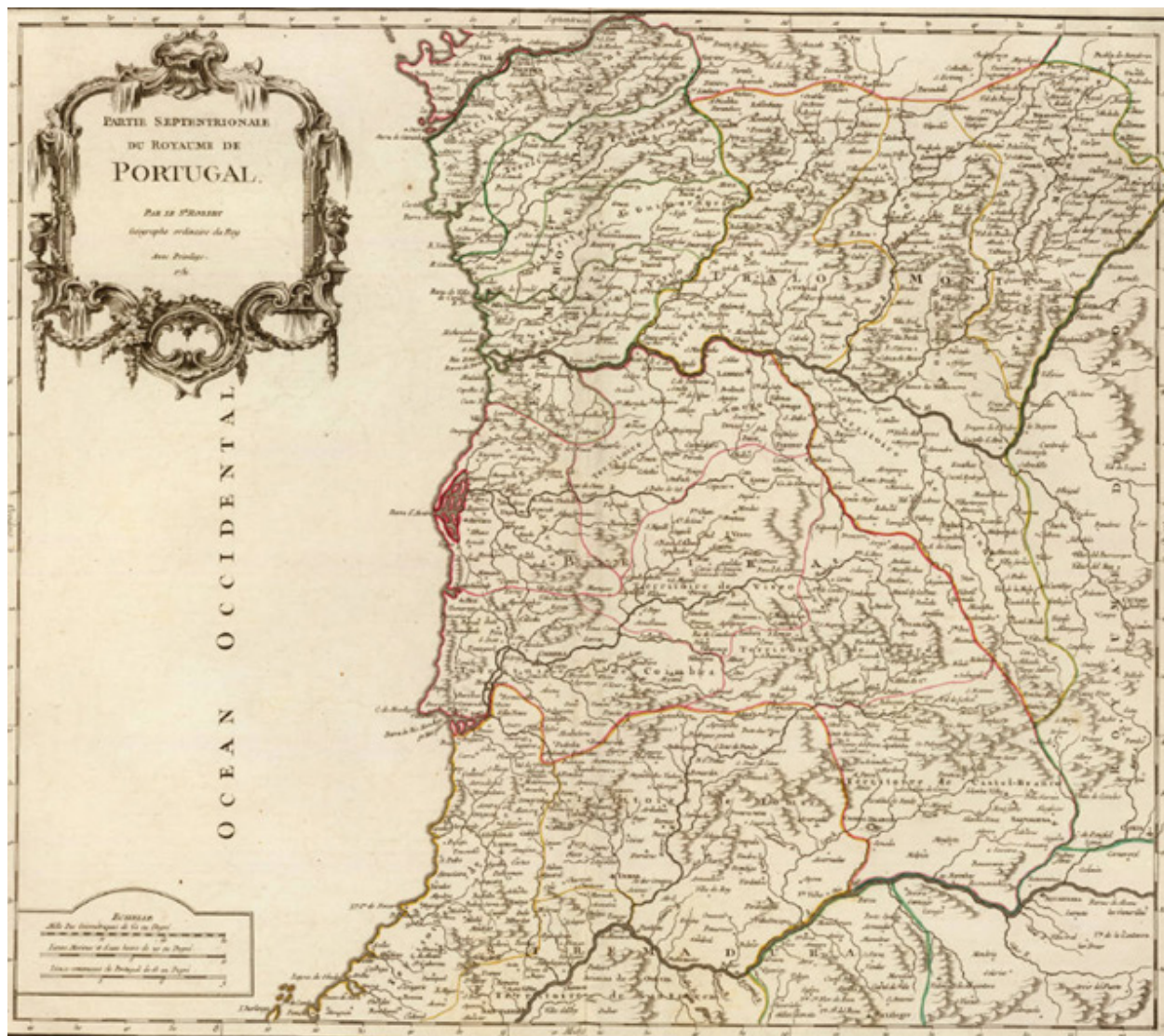
MARQUES, A. H. O. Portugal na crise dos séculos XIV e XV. In: SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. O. (Coord.). *Nova história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1987. v. 4. p. 278–364.

MENESES, A. F. Portugal, da paz da restauração ao ouro do Brasil. In: SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. O. (Coord.). *Nova história de Portugal*. Lisboa: Presença, 2001. v. 7.

- MOTA, A.T. L'art de naviguer en Méditerranée du XIV au XVII siècle et la création de la navigation astronomique dans les océans. In: *Le navire et l'économie maritime du Moyen Âge au XVIII siècle principalement en Méditerranée*. Paris: Deuxième Colloque Internationale d' Histoire Maritime, p. 127-154, 1958.
- PASTOUREAU, M. *Les atlas français XVIe-XVII e siècles*. Paris: Bibliothèque Nationale, 1984.
- PEDLEY, M. S. New light on an old atlas: documents concerning the publication of the Atlas Universel (1757). *Imago Mundi: The International Journal for the History of Cartography*, London, v. 36, p. 48-63, 1984.
- _____. O comércio de mapas na França e na Grã-Bretanha durante o século XVIII. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p.15-29, jan./jun. 2007.
- _____. *The commerce of cartography: making and marketing maps in eighteenth-century France and England*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.
- PEREIRA, I. R. O Papa Alexandre III e a Bula 'Manifestis Probatum'. In: CENTENÁRIO DO RECONHECIMENTO DE PORTUGAL PELA SANTA SÉ, 8., 1979, Lisboa. *Anais...* Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1979. p. 125-130.
- SAAVEDRA, M. C. *El ingenioso hidalgo Don Quixote de La Mancha*. Madrid: Por Iuan de la Cuesta, 1605. t. 1. Disponível em: <http://bib.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12700526414588273654213/p0000001.htm#I_0_>. Acesso em: 23 fev. 2013.
- SANSON, N. *Atlas nouveau, contenant toutes les parties du Monde, ou sont exactement remarqués les empires, monarchies, royaumes, estats, republicues & peuples qui sy trouvent à presente*. França, 1692.
- _____. Parte septentrional do Reyno de Portugal; Parte meridional do Reyno de Portugal Sanson, Nicolas, 1600-1667. Paris: Em casa do autor 1654. In: ATLAS de portugal (1561-1710). [S.l.: s.n., 18--?]. Disponível em: <<http://purl.pt/786>>. Acesso em: 23 fev. 2013.
- SANTOS, M. P. N. et al. A pesca enquanto atividade humana: pesca artesanal e sustentabilidade. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, v. 12, n. 4, p. 405-427, 2012.
- SOBRAL, J. *Audaces: heráldica e história: as divisões administrativas de Portugal, ao longo dos tempos*, 2008. Disponível em: <<http://audaces.blogs.sapo.pt/2585.html>>. Acesso em: 17 jan. 2013.
- VAUGONDY, D. *Atlas Universel*. França: [s. n.], 1776.
- _____. Partie Meridionale du Royaume de Portugal, par le Sr. Robert, Geographe ordinaire du Roy. Avec Privilege. 1751. In: *Atlas Universel*. França: [s. n.], 1749. p. 82.
- _____. Partie Septentrionale du Royaume de Portugal par le Sr. Robert, Geographe ordinaire du Roy. Avec Privilege. 1751. In: *Atlas Universel*. França: [s. n.], 1751. p. 81.
- VAUGONDY, G. *Atlas Universel*. França: [s. n.], 1797.
- VIEÁT, V. *Anh Vaên Chuyeân Ngaõnh: Quaûn Lyù Ñaát Ñai Vaø Baát Ñõäng Saûn*. Ho Chi Minh (Vietname): Tröðøng Ñaïi Hoïc Nong Lam, 2008. Disponível em: <http://www2.hcmuaf.edu.vn/data/vvviet/Baigiang_AVCN_A4.pdf> Acesso em 25 fev. 2013.

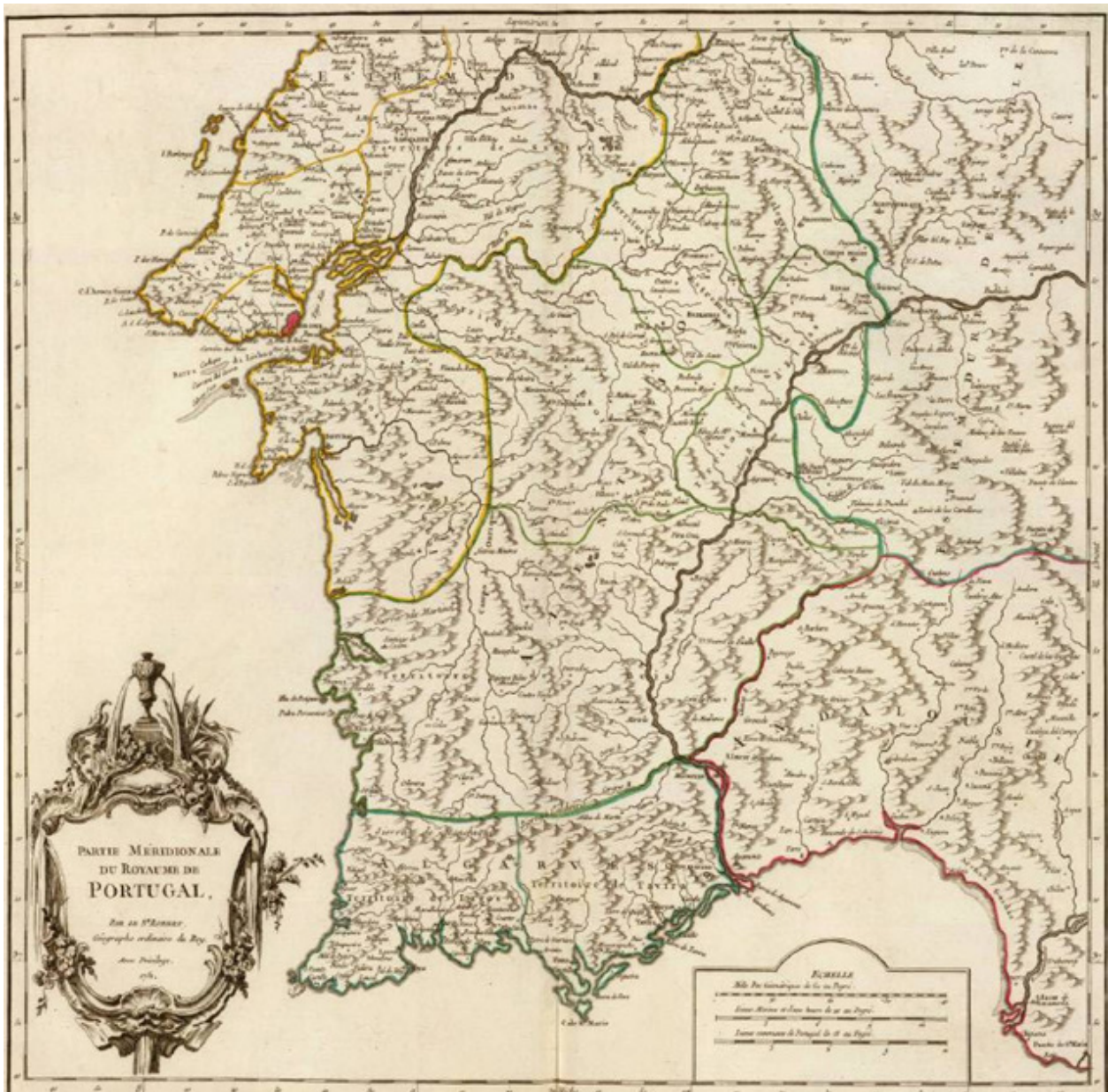
ANEXOS

Figura 1 – Partie Septentrionale du Royaume de Portugal, par le Sr. Robert, Geographe ordinaire du Roy. Avec Privilege, 1751.



Fonte: Vaugondy, 1749.

Figura 2 – Partie Meridionale du Royaume de Portugal, par le Sr. Robert, Geographe ordinaire du Roy. Avec Privilege. 1751.



Fonte: Vaugondy, 1751.

Figura 3 – Diferenças na ligação entre as duas partes do mapa do reino de Portugal



Fonte: Vaugondy, 1749, 1751 (sobreposição do autor).

*Recebido em: fev. 2013
Aceito em: maio. 2013*